



Ano 149.º de informação
de qualidade

Editorial

O arranque do verão quente

A adesão dos professores à greve de ontem e as suas consequências foram apenas a primeira etapa de uma escalada de protestos que, tal como já afirmou o líder da UGT, Carlos Silva, farão deste um verão muito quente. Independentemente das razões que assistem a quem protesta – e que já por si são bastantes –, a forma como o Governo está a gerir os vários processos em curso em relação à função pública só adensa a revolta. Dia 27, data da paralisação geral, será possível medir a temperatura da instabilidade social e, por analogia, do sentimento do País face ao Executivo.

Em relação à greve dos professores, o Governo perdeu uma oportunidade única de poder catalisar a opinião pública contra uma das classes mais corporativistas e, sobretudo, em relação aos seus sindicatos. Contradições, falhas de comunicação, erros de estratégia e um braço de ferro a roçar a teimosia invalidaram qualquer acordo, e ele era possível com os menos radicais. E nem sequer houve rasgo político para envolver os visados na decisão final e poder mais tarde responsabilizá-los pelos resultados.

Mas em vez de aprender com os erros, o Governo insiste neles. À beira da greve geral de dia 27, e já com a inqualificável polémica da data do pagamento dos subsídios de férias em curso, somam-se novas decisões que vão, obviamente, repercutir-se na dimensão dos protestos. Por mais que os *timings* apertem – as novas leis têm de chegar ao Parlamento antes das férias e ter visto prévio da *troika* –, apressar agora a dispensa de contratados (ordens de Vítor Gaspar), entre outras medidas, sem as comunicar devidamente, é como atirar álcool para fogueira. E atear um fogo de dimensões imprevisíveis.

A percepção da Justiça

Os estudos, já sabemos, valem o que valem. Uns, os baseados em números, indicam tendências. Outros, os alicerçados na inquirição de pessoas e na leitura e cruzamento de documentos, dão indicações sobre sensibilidades, apreciações e rumos. No estudo “As Mulheres na Magistratura em Portugal”, da responsabilidade do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, que hoje é apresentado no Parlamento, os portugueses voltam a não poupar críticas à Justiça e aos magistrados. E isso é revelador da opinião nacional sobre o sector e do distanciamento e descrença geral.

Ora sendo a Justiça um dos pilares fundamentais de todas as sociedades, as apreciações reveladas por este estudo são para levar em linha de conta pelos seus responsáveis. Pode não ser 100% justo nem verídico, mas é muito relevante que 64% dos 810 inquiridos façam uma “avaliação negativa da Justiça”, 80% considerem que os magistrados não punem cidadãos poderosos e com poder económico e 93% digam que os magistrados judiciais não tratam os arguidos de forma igual.

Esta percepção que os cidadãos têm da Justiça não é puro populismo. Baseia-se em factos do dia a dia. E isso é relevante.